



Escola Judicial Eleitoral do Amapá

# Exposição

# 500 anos

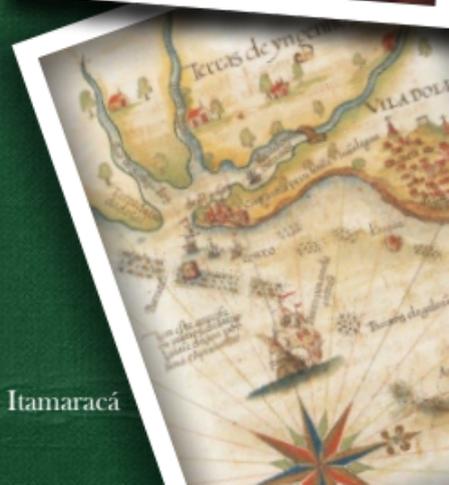
# de Eleições no Brasil



# 500 Anos de Eleição

As eleições não são uma experiência recente no país. O livre exercício do voto surgiu em terras brasileiras com os primeiros núcleos de povoadores, logo depois da chegada dos colonizadores. Foi resultado de uma tradição portuguesa de eleger os administradores dos povoados sob domínio luso.

Os colonizadores portugueses, mal pisavam a nova terra descoberta, passavam logo a realizar votações para eleger os que iriam governar as vilas e cidades que fundavam.





# Primeiras Eleições

As eleições para governanças locais foram realizadas até a independência. A primeira que se tem notícia aconteceu em 1532, para eleger o Concelho Municipal para Vila de São Vicente/SP. Em 1821, foram realizadas eleições gerais para escolher os deputados que iriam representar o Brasil nas cortes de Lisboa. Até 1828, as eleições para os governos municipais obedeceram às chamadas ordenações do reino, que eram as determinações legais provenientes do rei. No princípio o voto era livre, todo o povo votava. Com o tempo, porém ele passou a ser

exclusivo dos que tinham poder aquisitivo, entre outras prerrogativas. A idade mínima para votar era de 25 anos. Escravos, mulheres, índios e assalariados não podiam escolher representantes nem governantes.

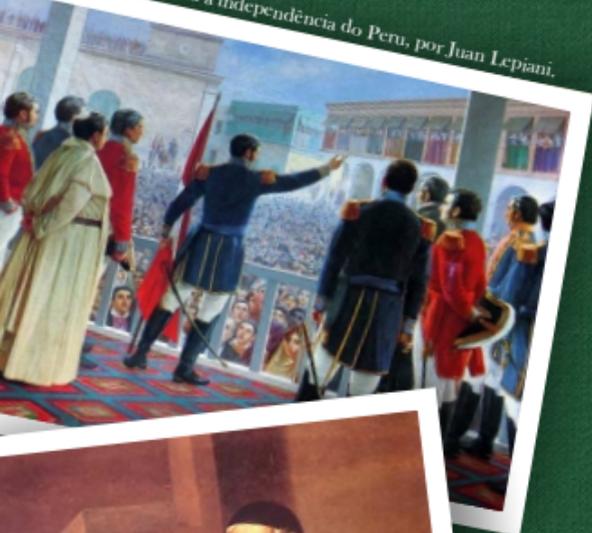
*Votação para eleger o Concelho Municipal*





# Influência Religiosa

*San Martín proclama a independência do Peru, por Juan Lepiani.*

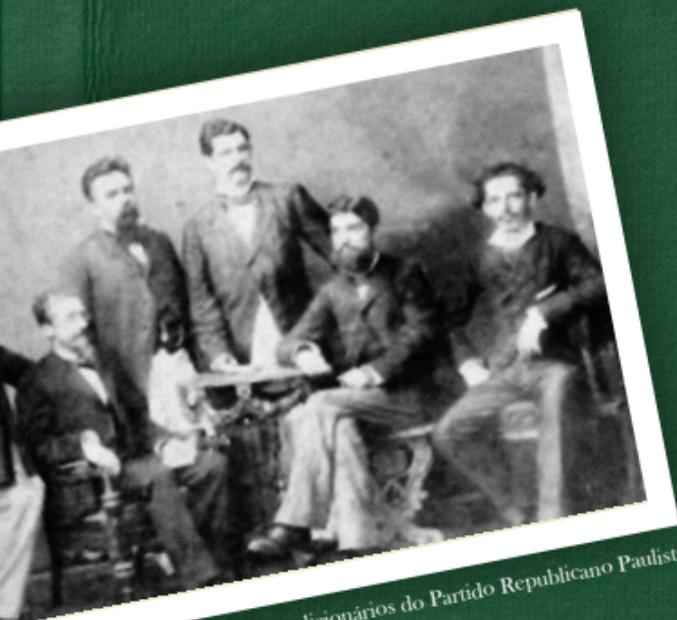


Padre Antônio Vieira

A relação entre estado e religião, até fins do império, era tamanha que algumas eleições vieram a ser realizadas dentro das igrejas. E durante algum tempo foi condição para ter o direito de ser eleito deputado, a profissão de fé católica. As cerimoniais religiosas obrigatórias que precediam o trabalho os trabalhos eleitorais só foram dispensadas em 1881, com a edição da lei Saraiva. Essa ligação entre política e religião somente cessou com a vigência da Constituição de 1891, que determinou a separação ente igreja e estado.



# Partidos Políticos



Campos Salles e correligionários do Partido Republicano Paulista

Os partidos políticos no Brasil têm suas origens nas disputas entre duas famílias paulistas, a dos Pires e Camargos. Verdadeiros bandos, com o uso da força e da violência, eles formaram os primeiros grupos políticos rivais. A expressão "partido político" só passou a constar nos textos legais a partir da Segunda República. Até então, só se falava em "grupos".





# Criação da Justiça Eleitoral

A revolução de 1930 tinha como um dos princípios a moralização do sistema eleitoral. um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, cujo trabalho resultou no primeiro Código Eleitoral do Brasil. O Código introduziu o voto secreto, o voto feminino e o sistema de representação proporcional dos turnos simultâneos. Além disso esse já previa o uso de maquina de votar, o que só veio a ser efetivar na década de 90.



Primeiro modelo de  
Titulo Eleitoral do Brasil



Pela primeira vez, a legislação eleitoral fez referência aos partidos políticos, mas ainda era admitido a candidatura avulsa.



# Destaques



Celina Guimarães Vianna, primeira eleitora do Brasil, teve seu nome incluído na lista dos eleitores em 25 de novembro de 1927, em Mossoró – RN.



Carlota Pereira Queiroz, primeira deputada federal do Brasil, eleita por São Paulo em 1933.



Getúlio Dornelles Vargas, criou a Justiça Eleitoral em 1932 e a extinguiu em 1937, reinstalando-a em 1945.



Sessão de instalação do Tribunal Superior Eleitoral, em 1º de julho de 1945.

Renata Cristina Rabelo Gomes, primeira mulher eleitor de 16 anos a votar nas eleições de 1994.



Primeira sede do TSE em Brasília, localizada na Esplanada dos Ministérios (1960-1971).





# Urnas Eleitorais

Das bolas de cera à urna eletrônica. Os votos a princípio depositados em bolas de cera chamadas de pelouros; depois vieram as urnas de madeira, as de ferro e as de lona, até que se implementou em todo o país, no ano 2000, o voto informatizado, realizado em urnas eletrônicas que possibilitam a apuração das eleições quase que de forma imediata.





# Urnas Eleitorais

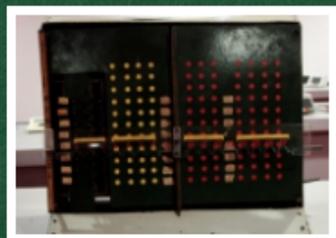


Urna de Lona

Urna de Metal (Década de 40)



Urna de madeira (Brasil República)



Máquina de votação idealizada por Sócrates Ricardo Puntel, 1959.



Urna de Madeira e Metal, 1893.



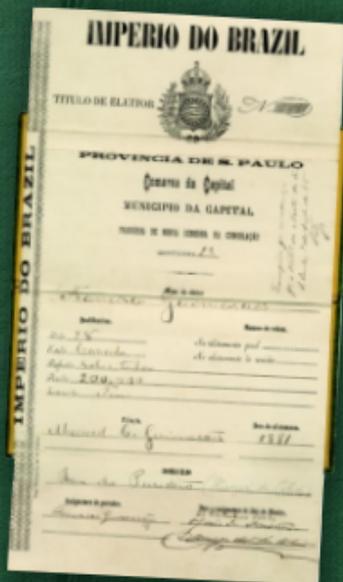
Urna Eletrônica, 2006.



Urna Eletrônica, 2018.

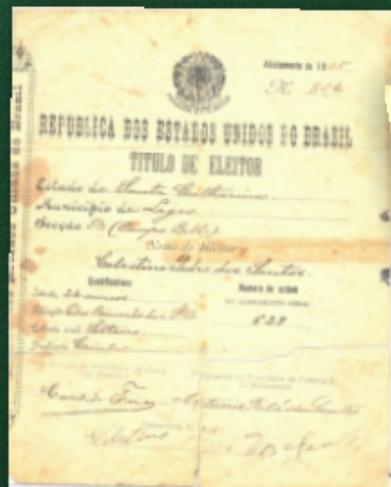


# Títulos Eleitorais



1º Modelo de Título Eleitoral do Brasil, 1881.

2º Modelo de Título Eleitoral do Brasil, 1890.



3º Modelo de Título Eleitoral do Brasil, 1904.

4º Modelo de Título Eleitoral do Brasil, 1916.

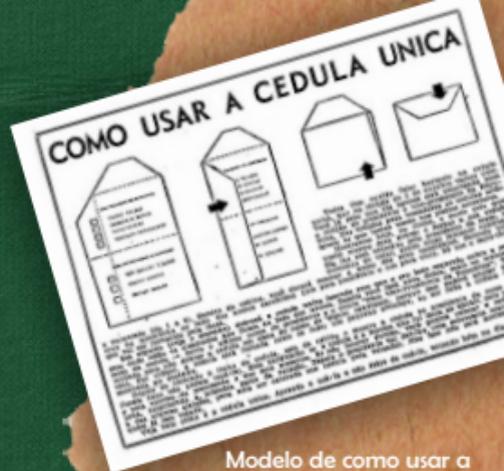






## Justiça Eleitoral e a Democracia

Em 1955, a Lei nº 2.250 cria a folha individual de votação, que fixou o eleitor na mesma seção eleitoral e aboliu, entre outras fraudes, a do uso de título falso ou de Segunda via obtida de modo doloso. Outra alteração significativa do Código Eleitoral de 1950 foi a adoção da "cédula única de votação". Ambas foram sugestões do Ministro Edgard Costa. A cédula oficial guardou a liberdade e o sigilo do voto, facilitou a apuração dos pleitos e contribuiu para combater o poder econômico, liberando os candidatos de vultosos gastos com a impressão e distribuição de cédulas.



Modelo de como usar a Cédula única de 1955

Cédula única de 1955





## Regime Militar (1964 à 1985)

A legislação eleitoral, no período do Regime Militar foi marcada por uma sucessão de atos institucionais e emendas constitucionais, leis e decretos-leis com os quais conduziram o processo eleitoral de maneira a adequá-lo aos seus interesses. Com esse objetivo, o regime alterou a duração de mandatos, cassou direitos políticos, decretou eleições indiretas para presidente da República, governadores dos estados e dos territórios e para prefeitos dos municípios.





## Justiça Eleitoral e a Democracia

Após uma mobilização nacional denominado "Diretas Já", no dia 15 de maio de 1985, a Emenda Constitucional nº 25 alterou dispositivos da Constituição Federal e restabeleceu eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, em dois turnos; eleições para deputado federal e para senador, para o Distrito Federal; eleições diretas para prefeito e vice-prefeito das capitais dos estados, dos municípios.

Fernando Collor





## Eleições Informatizadas



Em 1985, a Lei nº 7.444 tratou da implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e da revisão do eleitorado, que resultou no recadastramento de 69,3 milhões de eleitores, a quem foram conferidos novos títulos eleitorais, agora com número único nacional. Na eleição presidencial de 1989, foi possível a totalização dos votos por meios informatizados. Somente nas eleições municipais de 1996, no entanto, é que a Justiça Eleitoral deu início ao processo de informatização do voto. Usaram a "máquina de votar", nesse ano, cerca de 33 milhões de eleitores. Na eleição geral de 1998, o voto informatizado alcançou cerca de 75 milhões de eleitores



## Atualmente

A totalização do resultado geral e todo o território nacional é divulgado numa média de 09 horas, após o encerramento das eleições. A Justiça Eleitoral, ainda está, em todo país concluindo o sistema biométrico de identificação do eleitor por meio de urnas biométricas, que conferirá a identidade dos eleitores pelas suas digitais e, também, pela foto. A ideia é acabar com a possibilidade de uma pessoa votar o lugar de outra.



A ideia é acabar com a possibilidade de uma pessoa votar o lugar de outra. O interesse pela engenharia e pela tecnologia eleitoral desenvolvidas aqui no Brasil, bem se expressa os diversos convites recebidos pelo Brasil para participar em eventos internacionais, bem como a apresentação da urna eletrônica.





# Eleitor

Um dos pressupostos da democracia é a participação política do povo, que tem no voto a sua principal forma de expressão política. No Brasil, o direito ao exercício do voto foi excludente em diferentes períodos de sua história e a legislação eleitoral foi progressivamente alterando o perfil do eleitor. Durante o período colonial, as únicas condições exigidas ao eleitor eram a idade-limite de 25 anos e residência e domicílio na circunscrição.



No Império (1822-1889), a idade mínima permaneceu em 25 anos, à exceção dos casados e oficiais militares, que podiam votar aos 21 anos. O voto, porém, passou a ser censitário e excluiu, ainda, os religiosos, além de libertos, criados de servir, praças de pré e serventes das repartições e estabelecimentos públicos. Na República Velha (1889-1930), a idade mínima passou a ser de 21 anos e foi abolido o voto censitário. Em 1882, o analfabeto perde o direito de votar.





# Eleitor

O Código Eleitoral de 1932 estendeu a cidadania eleitoral às mulheres. A Constituição de 1934 estabeleceu a idade mínima obrigatória de 18 anos para o exercício do voto. Durante o regime militar, iniciado em 1964, não houve na legislação eleitoral, qualquer progresso que esteja relacionado ao direito de voto. A Emenda Constitucional nº 25/85 devolve ao analfabeto o direito de votar, agora em caráter facultativo. A Constituição de 1988 estabelece que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos facultativos para os maior de 70 anos e para os jovens entre 16 e 18 anos.





# Referidos

Na história das eleições no Brasil, tem-se o registro de duas consultas formuladas ao povo mediante referendo, ocorridas em 1963 e em 2005.

## REFERENDO DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA PARLAMENTAR (1963)

Então em 16 de setembro de 1962, o Congresso aprovou a Lei Complementar nº 2, estabelecendo a consulta para 6 de janeiro de 1963 e chamando-a de referendo. Mais de 9 milhões de eleitores escolheram o retorno ao sistema presidencialista.

## REFERENDO DA PROIBIÇÃO DO COMÉRCIO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÃO (2005)

Em 2005, fez-se nova consulta à população sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. A opção NÃO venceu com 59.109.285 votos, contra a opção SIM, que obteve 33.333.045 votos, na maior consulta popular informatizada do mundo.



# Realização



Escola Judicial Eleitoral do Amapá



## Referência:

Eleições no Brasil: uma história de 500 anos/  
Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago  
Dornelles, Amanda Camylla Pereira.-  
Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.  
100 p. il.